

**RACISMO ESTRUTURAL, PROCESSOS DE GUETIZAÇÃO
E OS EXPEDIENTES DA BRANQUITUDE**

Pauline Aparecida Ildefonso Ferreira da Silva (UENF)
paulinevitoria@hotmail.com

RESUMO

Este artigo é fruto de parte da pesquisa bibliográfica de uma tese de doutorado e dialoga sobre as consubstancialidades entre Racismo Estrutural e os reiterados processos históricos de guetização imputados sobre a população negra empobrecida no Brasil. Para tanto, buscamos descortinar processos históricos de exclusão imputados sobre parcelas específicas da população como mecanismo de manutenção das hierarquias sociais a serviço do capital. Para tanto, dividimos as discussões em duas seções. Na primeira, apresentamos conceitos fundamentais para pensar a raça e o racismo estrutural e os processos de guetização. A segunda seção trata dos expedientes da branquitude, revelando as diversas formas com que ela se realiza na cotidianidade e as múltiplas resistências e conquistas da luta antirracista. Nosso objetivo é revelar em que medida o racismo estrutural se mantém como práxis útil ao capital e as formas como a questão racial contribui na fabricação contínua da questão social. A consubstancial relação entre classe e raça presente nas diferentes dimensões de produção e reprodução da vida conferem significados e particularidades que direcionam grande parte das experiências de pessoas pretas empobrecidas no Brasil à marginalidade e vulnerabilidade. O sistema que utilizário do racismo é o mesmo que promove reiterados processos de guetização, e delimita condições de acesso a bens e serviços na sociedade, influenciando diretamente nas trajetórias das pessoas pretas empobrecidas.

Palavras-chave

Branquitude. Guetização. Racismo Estrutural.

ABSTRACT

This article is the result of part of the bibliographic research of a doctoral thesis and discusses the consubstantialities between Structural Racism and the reiterated historical processes of ghettoization imputed to the impoverished black population in Brazil. To this end, we seek to uncover historical processes of exclusion attributed to specific portions of the population as a mechanism for maintaining social hierarchies at the service of capital. To this end, we divided the discussions into two sections. In the first one, we present fundamental concepts for thinking about race and structural racism and the processes of ghettoization. The second section deals with the expedients of whiteness, revealing the different ways in which it takes place in everyday life and the multiple resistances and achievements of the anti-racist struggle. Our objective is to reveal the extent to which structural racism remains a useful praxis for capital and the ways in which the racial question contributes to the continuous fabrication of the social question. The consubstantial relationship between class and race present in the different dimensions of production and reproduction of life confer meanings and particularities that direct a large part of the experiences of impoverished black people in Brazil to marginality and vulnerability. The system that uses racism is the same

that promotes repeated processes of ghettoization, and delimits conditions of access to goods and services in society, directly influencing the trajectories of impoverished black people.

Keywords:

Ghettoization. Whiteness. Structural Racism

1. Introdução

O racismo segundo Gonzalez (1989), “(...) se constitui num sistema de práticas que legitimam a sociedade de classes no Brasil, imbuída no processo de desenvolvimento desigual e combinado. No mesmo sentido, Santos (1994, p. 35) advoga que “o racismo é um dos muitos filhos do capital, com a peculiaridade de ter crescido junto com ele. Como os melhores filhos, o racismo tem crescido e sustentado seu pai”. O racismo estrutural, segundo Almeida (2019), diz respeito especificamente sobre o debate dos fundamentos históricos e econômicos da sociedade brasileira, que promove a manutenção de grande parcela da sociedade em extrema vulnerabilidade social. Almeida (2019), aborda três dimensões do racismo: o racismo individual que atinge as singularidades, expresso nas manifestações racistas em face das subjetividades, o racismo institucional, também chamado de racismo de Estado, e o racismo estrutural ligado às condições econômicas. Por isso, é impossível falar de democracia racial, de competição democrática ou defender o mito da meritocracia neoliberal quando, na prática, as discriminações e as limitações de parcelas específicas da população à bens e serviços ainda continuam a existir.

Ao passo que o ocidente criou teorias de desenvolvimento com olhar voltado para a Europa como um modelo societário, criou também teorias racistas que afirmavam uma espécie de sistema de graduação de raças. Respalhada por uma visão eurocêntrica e monoculturalista, e apologética da democracia racial “a ideologia dominante espraia-se pela sociedade influenciando a formação da identidade coletiva e de mobilização do movimento negro, que atribui sua condição a questões estritamente socioeconômicas ou ético-morais” (SANTOS, 2015, p. 104).

Esta visão racista do mundo não europeu legitimou também a sociedade de classes a partir de critérios raciais e sexuais na divisão social. A sociedade de classes no Brasil que estabeleceu a dinâmica entre explorados e exploradores, espoliados e espoliadores, estabelece um marco societário de hegemonia racista e patriarcal.

A branquitude, neste sentido, surge como sustentáculo ideológico que respalda a exploração e espoliação dos povos não brancos. O conceito da branquitude, para além de interferir nas relações cotidianas de pessoas pretas, forçando a supressão das identidades não hegemônicas, legitima a visão eurocêntrica que se espalha na academia, impedindo ou reduzindo a potencialidade de introduzir epistemologias não hegemônicas. Fruto desse mesmo processo a guetização vai se desenhando como caminho comum da classe subalterna em diferentes contextos de produção e reprodução da vida. Para além de pensar a construção social de raça e racismo, esse trabalho propõe revelar a atualidade do debate entre raça, classe e branquitude, bem como a maneira como tais conceitos se articulam e se arrastam ao longo do tempo, dando contornos específicos às relações sociais na contemporaneidade.

2. *Racismo: um mordomo fiel do capital.*

O racismo pode ser compreendido como “práxis” orgânica do capitalismo, na medida em que reforça e consolida o seu desenvolvimento por meio de mecanismos de Estado que garante que parte da população seja mantida em desvantagem e limita o acesso a bens e serviços sociais. As categorias basilares verificadas, a saber, classe e raça serão consideradas como construções sociais que objetivam justificar a exploração, a espoliação e a opressão de alguns grupos ou setores sobre outros. Oriundos das relações sociais de produção e reprodução da vida pautada em sistemas de desigualdades sociais, as categorias de classe e raça, historicamente cumpre o papel de mordomos mórbidos, que servem os povos de bandeja, de modo que atenda perfeitamente os desejos do capital.

Dialogar sobre a mordomia de tais categorias significa arquitetar uma maneira de compreender as consubstancialidades estruturais de formação sócio histórica da sociedade brasileira e a forma com que essas categorias delimitam os sistemas de opressão, expropriação e exploração em nossa sociedade, bem como em outros países de economia dependente. Quijano (2005) afirma que a ideia de raça partiu de uma noção eurocêntrica do mundo, fabricando uma classificação da população sobre o parâmetro social, tornando a sociedade ocidental modelo. Ou seja, o racismo passa a fazer parte das estruturas dos estados a partir do olhar eurocentrado. O racismo estrutural é um mecanismo

sócio-histórico e cultural que se utiliza das políticas do estado capitalista para garantir a condição de vulnerabilidade da população negra, de maneira que se possa realizar a manutenção do sistema capitalista em escala global. O racismo estrutural se realiza a partir da negação histórica de direitos e/ou pela aplicação de políticas que não visam romper com a lógica do capital, pautada na exploração do trabalho e na obtenção do lucro, mas garantir o mínimo necessário para produção e reprodução da massa de sobrantes, disponíveis para ser mão de obra para qualquer capital. As análises recentes propostas por Almeida (2019) defendem que:

O racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. (ALMEIDA, 2019, p. 16)

Na concepção de Almeida (2019), todas essas dimensões do racismo se articulam e se complementam, impedindo que a sociedade possa caminhar em direção de sociabilidades mais justas e livres das desigualdades de classe e raça. A consubstancialidade dos elementos de classe e raça arrastam para o centro do debate o peso das relações sociais pautados na precarização e espoliação das diferentes esferas de produção e reprodução da vida social. O racismo pode então ser compreendido como uma “práxis” orgânica do capitalismo, que o reforça e consolida o seu desenvolvimento. Gonzáles (1989) afirma que o racismo pode ser definindo como “um sistema de práticas que legitimam a sociedade de classe brasileira inserida no contexto de um desenvolvimento desigual e combinado”.

O racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a divisão racial do trabalho, extremamente útil e compartilhado pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção de equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classe e no sistema de estratificação social. (GONZALEZ, 1979, p. 3)

Segundo Ianni (2004, p. 23), “a raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais”. Racismo foi o germe da sociedade de classes no Brasil. O racismo fornece a explicação do genocídio da população negra e indígena. No Brasil, a base da pirâmide social tem cor e gênero, isso se expressa entre outros aspectos, na residual presença dessa população em espaços de decisão, poder e

produção da ciência, como é o caso do ensino superior. O processo de acumulação primitiva do capital impetrou um violento processo de expropriação e exploração de pessoas pretas, que foram em tudo pilhados e inseridos territórios igualmente pilhados. Para que essa acumulação se realizasse para parcelas específicas na Europa, foi necessário expandir a dominação em territórios além-mar, como África, Antilhas e Ameríndios. Desta maneira, a ideia de desenvolvimento trouxe uma importante e profunda relação com o racismo. Ou seja, só existem países ricos porque existem países pobres, e só existem pessoas ricas porque existem pessoas pobres, e os pobres somos nós.

Por isso, segundo Munanga (2004), seria prematuro abandonar o termo raça, do ponto que a realidade social ainda não o abandonou enquanto delimitação de práticas e mecanismo de exclusão ou dominação social. É a partir deste processo e como forma de legitimá-lo, que surge o conceito de raças. Não cabe aqui, traçar, numa perspectiva histórica, a formação do pensamento racista inserido nas sociedades modernas, mas sim visualizar a raça como uma espécie de “duto”, um tipo de canal de onde escoam as múltiplas expressões do racismo (Cf. PAIXÃO; CARVALHO, 2008, p 15). Para além das questões econômicas, é preciso compreender que o racismo:

É um comportamento, uma ação resultante da aversão em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial pautado em fatores observáveis, como a cor da pele, o tipo do cabelo, o formato do olho, isto é, está ligação às características físicas. No racismo compreende-se que existem raças, melhores ou piores, cuja valorização é pautada em traços fenotípicos. (ALGARVE, 2004, p. 25)

Desta forma, quando o Estado promulga leis sem considerar a questão racial, limita ou estratifica o acesso aos instrumentos sociais implícita, ou explicitamente quando coordena a violência social, isso é um reconhecimento político de que as estruturas de Estado são racializadas. O olhar atento para todos aqueles que se dedicam a compreender as intersecções e consubstancialidades da classe trabalhadora em diferentes pontos de vista, precisa necessariamente ter como ponto de partida o desvelo das estruturas, os fundamentos racistas e patriarcais do Estado, visualizadas na forma como o estado lidou com a questão racial e a divisão social e sexual ao longo da História do Brasil.

Na medida em que o Estado deixa de combater o analfabetismo, ou que garante maior acumulação de capital por parte de grandes empresas por meio da espoliação da classe trabalhadora retirando direitos historicamente conquistados, promove a manutenção de uma massa

populacional pronta a vender sua força de trabalho para qualquer capital. Neste sentido, as lentes do feminismo negro pode ser útil para auxiliar a análise sobre quais são as parcelas que engrossam as margens sociais. Por exemplo, o reconhecimento feminização e etnicização da pobreza, traz para o centro do debate a necessidade de pensar as consubstancialidades numa perspectiva política que rejeita as neutralidades. Por isso, Abramo (2004) afirma que no que se refere às políticas públicas de gênero e raça, por exemplo, “(...) não existe neutralidade”. A pobreza tem cor e gênero, ela está demarcada de maneira explícita e consubstancializada na sociedade brasileira.

De mãos dadas com o racismo estrutural, o racismo institucional promovido pelo Estado, foi conceituado pelo Movimento dos Panteras Negras como uma falha de acesso da população negra à bens e serviços socialmente produzidos. Uma falha planejada para promover a manutenção do exército de sobrantes, sobretudo em países de capitalismo Dependente ou tardio. Desta maneira, é necessário que as instituições públicas e privadas, os locais de produção de conhecimento e ciência, os profissionais liberais, todos, e não somente os que estão inseridos nos campos das humanidades, não compactuem com a engrenagem de massacre da população negra. É preciso que a luta antirracista se capilarize por todas as esferas da vida, bem como a luta contra as discriminações de gênero ou sexual, e essa esfera da luta antirracista, que pode ser promovida e construída por todos, independente de cor/raça e gênero, crença, se dará, sobretudo, a partir do esforço por abrir portas para o acesso das populações mais vulneráveis, sobretudo negras a bens e serviços, bem como pela manutenção e ampliação das portas já existentes, como é o caso da política de cotas para pós graduação. “(...) As relações sociais capitalistas constituem um bloco histórico dentro do qual se articulam dimensões da estrutura econômico-social e da superestrutura ideológica e política” (FRIGOTO, 2006, p. 241).

Avritzer (2012, p. 386) afirma que “a organização dos pobres brasileiros para lutar por serviços públicos é uma das origens da sociedade civil brasileira”, e nessa arena a questão racial sempre esteve presente, embora tenha sido reiteradamente e sistematicamente negligenciada quando não silenciada. De fato, o modelo de modernização implementada no Brasil que conservando elementos da velha ordem (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2009) transforma a “questão social” – que na época estava estreitamente ligada a “questão racial” gerada pelo contingente de trabalhadores livres oriundos da escravidão

alojados no meio urbano, desempregados, sem políticas de assistência e totalmente excluídos dos espaços hegemônicos de decisão – como caso de polícia desde a primeira década do século XX, e se intensifica a partir de 1930.

As políticas públicas, por exemplo, imbuídas neste modelo de modernização, foram potentes estratégias de controle estatal e apaziguamento da luta de classes. Dessa forma, a conciliação das classes proposta pelo projeto de modernização conservadora transformou os serviços públicos em serviços residuais, mínimos, direcionados, sobretudo, as classes mais empobrecidas e espoliadas. Dessa forma, a modernização conservadora arrastou para o centro dos serviços públicos e da vida pública características da sociedade colonial.

Os serviços públicos, no Brasil, sempre foram extremamente limitados e socialmente seletivos. A universalização de serviços públicos direcionados aos setores populares (como a saúde, a educação ou a previdência) jamais chegou a ser completa e, mesmo quando existia a possibilidade legal de universalização, foi limitada pelo número de servidores e pelos baixos investimentos nessas áreas. Setores de ponta do funcionalismo, altamente qualificados (geralmente da área econômica, alcunhados de tecnoburocratas, mas também as universidades), convivem com setores mal-remunerados, malformados e desprestigiados. Coexistem setores controlados por paternalismos e clientelismos com outros extremamente dinâmicos, organizados com métodos meritocráticos. (FONTES, 2006, p. 228-9)

No mesmo sentido, Quijano (2005) destaca que a apartação do povo negro aos bens e serviços sociais, promovida pela colonialidade do Poder, revela a constatação de que as relações de colonialidade, em todas as esferas de produção e reprodução da vida, não terminaram com o fim da sociedade colonial. Para Grosfoguel (2008), o conceito de colonialidade do poder explica “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 126).

Esse processo se realiza a partir do apagamento das discussões que entrelaçam a questão racial com outras matrizes de opressão buscando a totalidade dialética da estrutura das desigualdades, com o afunilamento de pesquisas que tem como núcleo de análise os efeitos e os meios de reprodução do racismo estrutural, pelo não reconhecimento de epistemologias de confronto que pretendem construir análises mais aproximadas com a realidade sociais de regiões periféricas. Para além do preconceito fenotípico, o racismo aplica-se também a partir da desvalorização

de determinadas práticas culturais e religiosas. Logo, todas as formas de opressão, desvalorização e mecanismo que objetivem a inibição ou destruição de práticas de um determinado povo, assim como mecanismos de expropriação ou exploração que determine ou mantenham um determinado povo/ ou parcela da população sobre formas de subalternidade e isolamento dos bens e serviços socialmente disponíveis numa sociedade é também um tipo de racismo.

O racismo, finalmente, corresponde à codificação ideológica daquelas predisposições preconceituosas e práticas discriminatórias dos indivíduos racistas contra os alvos de sua preterição e ojeriza. Tal ideologia pode se manifestar de modo mais ou menos erudito (ou pretensamente erudito), porém sempre atua no sentido de fundamentar a concepção de que alguns grupos de pessoas portadoras de determinadas formas físicas e étnicas são naturalmente superiores às outras, portadoras de outras aparências e culturas. Esta pretensa superioridade pode ser reivindicada pelos racistas em termos de vários aspectos: capacidade mental, sagacidade, psicológicos, força física, moral, artísticos, religiosos, culturais e estéticos. Porém, em todas estas variantes, o racismo atua no sentido da fundamentação ética das relações assimétricas de poder entre o grupo beneficiário da discriminação e os prejudicado. (PAIXÃO; CARVANO, 2010, p. 21)

Neste sentido, torna-se urgente o debate acerca do racismo estrutural e como a ideia de branquitude interfere nas relações sociais na atualidade, sobretudo em ambientes de poder, decisão ou produção da ciência. Cabe, portanto, inserir neste debate a presença do Estado por um lado, como arena de disputa de projetos hegemônicos, e, por outro como instituição social fortemente marcado pelo conservadorismo e o colonialismo. Não por acaso, Ianni (1992, p. 63) afirma que “(...) o Brasil é um presente que se acha impregnado de vários passados”. O conservadorismo enquanto fundamento da sociedade burguesa no Brasil sustenta uma sociedade que determinará a partir dos critérios de raça, de classe e de gênero oportunidades e experiências. Para Santos (2007) o conservadorismo pode ser visto como uma rejeição ao teor revolucionário burguês, sobretudo descendentes da Revolução Francesa, por ser portadora do ideário de modernidade, que naquele momento, representaria o fim de um sistema extremamente lucrativo, produtivo e hierárquico. Desta maneira, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário, promovendo principalmente a “naturalização da ordem social” o escamoteamento da específica ontologia do ser social” (NETTO, 1992, p. 40).

É assim que ele tem substantivamente mudada sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da

defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado. A formação sócio-histórica do Brasil é marcado, sobretudo, pelo ideal positivista “o lema ordem e progresso traduz um aspecto fundamental do positivismo enquanto expressão típica do conservadorismo moderno, constituindo uma proposta para o enfrentamento da Questão Social” (SANTOS, 2007, p. 49).

O nosso conservadorismo tem um perfil marcado pela inserção periférica da economia brasileira no mercado mundial, a saber: a inserção dependente e uma economia voltada para fora, a colonização como marcas da acumulação primitiva do capital no território brasileiro, a escravidão e o racismo como gênese da classe trabalhadora no Brasil e consequentemente da massa de sobrantes. O posicionamento das elites locais, o patrimonialismo, o mandonismo, o coronelismo e as mesclas entre público e privado. Neste sentido, o Estado tratará a Questão Social de maneira, moralizante, psicologizante e deseconomizada. Ora como caso de polícia, ora com medidas de consenso pela via das políticas sociais. E esse modelo vai se redesenhando com todos os períodos da história, promovendo a manutenção de uma massa de pessoas alocadas nas margens, sem acesso a bens e serviços, inseridos em trabalhos de baixa remuneração. Promove a manutenção dos empoeirados, dos famintos e daqueles que estão dispostos a vender a sua força de trabalho para qualquer capital. De mãos dadas com o conservadorismo, o racismo sistêmico e o patriarcado se espriam nas relações entre a sociedade e o Estado, minimizando ou impedindo o acesso de parcelas específicas da população a espaços de decisão, de poder, e de produção da ciência,

3. Debates interseccionais sobre guetização e a importância desse conceito para compreender a questão racial e o mito da meritocracia neoliberal.

Todas estas dimensões de produção do viver estão submetidas e ameaçadas pelo processo de guetização Collins (2019). No que se refere às mulheres negras, o processo de guetização está intimamente atrelado a consubstancialidade das desigualdades. Por exemplo, a alocação histórica da força de trabalho feminina negra nos anos seguintes ao fim da escravidão legal no Brasil no trabalho do cuidado, trocando a cozinha da fazenda pela cozinha das casas urbanas, e a negação de direitos fundamentais a essas mulheres. A meritocracia neoliberal ou a ideologia da competência em Chauí (2014) auxilia na compreensão dos caminhos

que a educação brasileira toma principalmente a partir de 1990. Ao investigar a história das universidades e escolas públicas brasileiras, a autora dialoga sobre como essas estruturas carregam um projeto de classe. Segundo Chauí (2014), a ideologia da competência nasce num contexto internacional, sobretudo entre operários e patrões.

A reflexão proposta desmascara o discurso modernizador neoliberal que defende cegamente os processos de privatização ao mostrar que, “longe de promover a democratização da sociedade brasileira, não estavam senão acentuando sob vestes moderninhas a dominação tecnocrática autoritária que se iniciara com a modernização conservadora da ditadura” (CHAUÍ, 2014, p. 6). Para a autora, a ideologia da competência é uma manifestação ideológica do autoritarismo à brasileira, e esconde, em verdade, um ataque feroz às universidades públicas e, em sentido mais amplo, às tentativas de democratização das relações sociais no interior da estrutura social autoritária do Brasil.

Na medida em que é adaptada pela estrutura autoritária e rigidamente hierarquizada da sociedade brasileira, a ideologia da competência, tornando-se princípio de organização das universidades, não apenas justifica a estrutura social vigente, mas também contribui para reproduzi-la sem transformações de base. A reflexão sobre a infiltração da ideologia da competência na organização das escolas e universidades, tendo como pano de fundo o passivo histórico de autoritarismo da estrutura de classes da sociedade brasileira. (CHAUÍ, 2014, p. 5)

A ideologia da meritocracia neoliberal ressaltada por Chauí (2014) ou de capital humano, no horizonte da burguesia mantinha a ideia da educação como forma de integração, ascensão e mobilidade social. Por outro lado, a crescente inserção de capital morto (Máquinas multifuncionais, tecnologias da informação e Inteligência artificial) nos processos produtivos, amplia o desemprego estrutural e a massa de trabalhadores supérfluos. Frigoto (2006) indica que

Transitamos de políticas de integração social, como direito social e subjetivo construído na luta de classes, para políticas de inserção precária. Essa transição se configura no Brasil de hoje de forma profunda e nos explicita, de modo claro, o resultado da opção da classe burguesa brasileira por sua inserção consentida e subordinada no governo do grande capital, assim como mostra nosso papel subalterno na divisão internacional do trabalho com a hipertrofia da formação para o trabalho simples. (FRIGOTO, 2006, p. 265)

No Brasil, o processo de guetização da população negra descendente do passado escravista, determinou as classes a partir dos critérios

raciais, que implica para além da estrutura econômica, abrangendo implicações políticas sociais, culturais, ideológicas, promovendo

A metamorfose da etnia em raça. A ‘raça’ não é uma condição biológica [...], mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação. [...] Racializar ou estigmatizar o ‘outro’ e os ‘outros’ é também politizar as relações cotidianas, recorrentes, em locais de trabalho, estudo e entretenimento; bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades. Sob todos os aspectos, a ‘raça’ é sempre ‘racialização’, trama de relações no contraponto e nas tensões ‘identidade’, ‘alteridade’, ‘diversidade’, compreendendo integração e fragmentação, hierarquização e alienação. (IANNI, 2004, p. 23)

Assim como as classes sociais, os elementos raça e gênero presentes nas relações de vida e trabalho das mulheres negras são construções sociais pautados nas relações de poder que conferem significados e particularidades que direcionam grande parte das suas experiências à marginalidade e vulnerabilidade em diferentes dimensões da vida. Uma delas o contexto da educação.

Esse processo de guetização ou estigmatização delimitou as condições de acesso a bens e serviços na sociedade, influenciando diretamente nas trajetórias das pessoas pretas. Por exemplo, os processos de favelização e analfabetismo que grande parte da população brasileira vivencia historicamente – sobretudo as gerações com mais de 50 anos – é fruto dos processos de marginalização impetrados pelo racismo sistêmico desde os primeiros anos do período pós-abolição. Esse processo de guetização visto pelas lentes do feminismo negro brasileiro, foi denunciado por González (1982) ao apresentar a exclusão da mulher negra dos textos e do próprio movimento feminino brasileiro, que por sua vez tratavam a condição subalterna da mulher sem racializar o debate.

A guetização estrutural globalizada que se realiza a partir da regionalização do mundo e da produção de periferias globais é um promotor do racismo epistêmico. Ao passo que o ocidente tornou-se referência de uma sociedade mundial, houve, segundo Latouche (1994), o “desencanto do mundo”. Os valores ocidentais tornaram-se “naturais de todos os homens”, o ocidente civilizado tornou-se a verdade, e segundo o autor: “só sobrevivem e não sobrevivem as sociedades que decidem a internalizar esses valores”. Desta forma, articula-se inevitavelmente à desconstrução dos valores culturais não ocidentais e na obsessão pelo progresso.

O simbolismo representado pelo ocidente retirou de certa forma a autonomia identitária dos povos não ocidentais, cortou os braços, as pernas, cegou os olhos, desde então, “a sociedade ferida adota o olhar do outro, se expressa com as palavras do outro, age com os braços do outro. Seu mundo está perfeitamente desencantado” (LATOUCHE, 1994, p. 68). Santos (1994) ressalta que as nações “civilizadas” antes de serem brancas são “nações patroas” e as pobres antes de serem de cor são “nações empregadas”.

Para Santos (1994, p. 32), “(...) nações empregadas são aquelas que trabalham a centenas de anos para enriquecer seus amos”. As da América Latina, por exemplo, sempre estiveram de “veias abertas”, e seu sangue fluindo para alimentar os Estados Unidos e a Europa. Os principais estudos sobre racismo epistêmico datam do final da segunda metade do século XX, sobretudo com os estudos de Franz Fanon, “Pele negra, máscaras brancas” (1952), “Os condenados da terra” (1961) e, posteriormente, de Edward Said, “Orientalismo” (1978).

As críticas à teoria pós-colonial também alcançaram países asiáticos. Na década de 1970, o Grupo de Estudos Subalternos⁴⁷ – um grupo marxista, cujo principal objetivo era analisar criticamente a História colonial da Índia, também reforçará a ideia do pós-colonialismo como um movimento epistêmico, intelectual e político. Desta maneira, as teorias de confronto ao eurocentrismo, buscavam revelar as histórias dos marginalizados a partir do seu próprio olhar.

Para Grosfoguel (2008, p. 355), “o racismo epistêmico descarta a capacidade epistêmica de certos grupos de pessoas. Pode basear-se na metafísica ou na ontologia, mas os resultados acabam sendo os mesmos: evitar reconhecer os outros como seres inteiramente humanos”. O racismo epistêmico é uma expressão desse processo de desencantamento. Ele é uma ferida aberta pelo processo de escravidão. E esta ferida ainda sangra. Neste sentido, cabe analisar a categoria do negro a partir de um viés fenotípico como assinala o IBGE, mas, sobretudo, num sentido político. Sobre isso, Sousa (1983) afirma:

Saber-se negro é viver a experiência de ter sido violentado de forma constante e cruel, pela dupla injunção de encarnar o corpo e os ideais do Ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular o seu corpo negro. Ante a desvalorização sistemática dos atributos físicos do sujeito negro, seu corpo se opõe a identidade branca, que ele é coagido a desejar. Diante da “ferida” que é a re-

⁴⁷ Liderado por Ranajit Guha.

apresentação da sua imagem corporal, o negro oprimido pela violência racista procura cicatrizar o que sangra. (SOUSA, 1983, p. 50)

Sobre isso, Sousa (1983) ainda destaca que um dos elementos de violência racista é a dimensão do ataque ao pensamento negro. Para ela, o pensamento negro é “sitiado, acuado e acochado pela dor de pressão racista” (SOUSA, 1983, p. 9). Desta maneira, o racismo epistemológico em sua relação íntima com a construção das identidades negras e da negritude é subjugado ao sofrimento das suas vítimas. A própria condição de cidadania recebeu influências destes processos, pois em diferentes momentos da história, a cidadania esteve fortemente empenhada em legitimar os diferentes regimes.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. [...] Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei. (SANTOS, 1987, p. 75)

Evidencia-se a afirmativa de Lobato (2016), quando olhamos para a história do Brasil pela perspectiva dos direitos sociais. Não por acaso, os direitos sociais no Brasil se desenvolveram de maneira fracionada, subsidiando as necessidades do Estado Coutinho (2008), Carvalho (2002). Cidadania, trabalho e liberdade estiveram estreitamente imbricados durante toda a história da constituição da nação brasileira, por isso, a noção de cidadania precisa sempre ser pensada juntamente com as condições socioeconômicas e raciais presentes nos diferentes processos. Na arena de debate sobre esta forma específica de racismo, cujo sua empreitada se direciona em negar as produções de conhecimento e saberes nos negros, ligadas diretamente e profundamente com as construções da identidade negra, reside, sobretudo, a querela entre branquitude e negritude na produção e reprodução da vida.

Pensar a identidade negra redonda sempre em sofrimento para o sujeito. Em função disso, o pensamento cria espaços de censura à sua própria liberdade de expressão, e simultaneamente suprime retalhos de sua própria matéria. A ferida do corpo transforma-se em ferida de pensamento. Um pensamento forçado a não poder representar a ideia real do sujeito é um pensamento mutilado e sua essência. (SOUSA, 1983, p. 10)

A partir das contribuições de Sousa (1983), destacamos três expedientes básicos de guetização da negritude e em favor do ideal branco. O primeiro em tentar reverter a situação biológica do corpo negro “ganga ou no tecido vulgar do corpo negro” em favor da busca por aspectos físicos, culturais que se aproximem o máximo possível do “ouro puro” dos traços brancos. Sobre isso, Bento (2002) assinala:

No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos e, portanto, encarados como não tão humanos. Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. (BENTO, 2002, p. 2)

O segundo expediente de guetização diz respeito às circunstâncias onde o sujeito é levado a abrir mão da arquitetura dialógica do pensamento. Este processo alienante tende a negar tanto o negro e colocá-lo como “apêndice” dos referenciais brancos, como nega também a construção do pensamento negro como maneira de fugir de embates ou as “dúvidas” que surgem das disputas de ideia.

Neste processo, o sujeito também é levado a impedir seu ingresso no terreno das rivalidades e acordos que formam as “verdades partilhadas” por seus pares, base de convívio humano e de sobrevivência cultural. [...] Acreditamos que esse último fenômeno descreve satisfatoriamente o que acontece com o pensamento do negro que “perde a cor” e a identidade negra para ganhar “alma branca” (artística, folclórica), também definida pelo branco. (SOUSA, 1983, p. 14)

Por último e em conjunto com os processos descritos acima, num estágio de aprofundamento do processo de alienação, o negro, expurga do seu pensamento as ideias de identidade. Ou seja, segundo Sousa (1983) o sujeito para de pensar automaticamente conferindo ao outro o direito arbitrário e onipotente de definir a verdade indubitável sobre sua identidade. Mas este doloroso processo é, portanto, o ápice da negação da identidade negra, uma identidade perseguida. Acontece que

O repúdio a identidade persecutória, fundado na alucinação negativa, não consegue manter-se ao longo do tempo. Dinâmica e economicamente onerosa, esta defesa provoca uma espécie de exaustão na capacidade de pensar. A identidade negra, negativamente alucinada, pressiona as barreiras erguidas contra sua irrupção no espaço psíquico reservado às representações. O pensamento não resiste à tensão de continuar “representando em branco”. Sua estrutura desmantela. Sua função de interprete de percep-

ções e emoções, desejos e defesas, caem por terra. O sujeito como que desiste de encontrar escapatórias e negociar soluções. A violência racista obtém seu máximo efeito. (SOUSA, 1983, p. 15)

Acerca da branquitude, Bento (2005) revela que nos Estados Unidos da década de 1980, os brancos se sentiam ameaçados pela expansão dos direitos das minorias – sentiram-se perdendo privilégios:

O discurso de branquitude estava carregado de medo, ressentimento e amargura, e mascarava as profundas desigualdades raciais que marcavam a ordem social. Alguns políticos criaram um novo populismo, cujo discurso pautava a família, a nação, valores tradicionais e individualismo, contra a democracia multicultural e a diversidade cultural. Os negros passaram a ser responsabilizados pelos problemas que o país estava vivendo e alguns profissionais da mídia, diziam que queriam viver em sociedades onde nenhum segmento racial fosse alienado e onde brancos não tinham que se sentir mal por serem brancos. (BENTO, 2005, p. 173)

Para a classe média branca, foi e ainda é difícil conceber que o povo negro deveria ter direitos e acesso a bens e serviço, tal como os brancos. Foi difícil para os brancos ver às mulheres negras que sempre estiveram reservadas ao lugar do subalterno, da serviçal obediente, fiel, ou como dizem as feministas afro-americanas ao lugar de “mammy” Collins (2019), desejarem e conquistarem o direito de não serem mais as suas criadas. Até porque o “lugar” da “mammy” pesou fortemente para a delimitação das hierarquias sociais de classe, gênero e raça, pois ao processo de mamificação das profissionais negras se refere a forma com que as mulheres negras são imaginadas nas relações sociais.

Esse lugar de *mammy* contribui fortemente para as opressões interseccionais de raça, gênero e sexualidade. Ao ensinar às crianças negras seu lugar nas estruturas brancas de poder, mulheres negras que internalizam a imagem de *mammy* podem se tornar canais efetivos de perpetuação de opressão de raça (Cf. COLLINS, 2019, p. 141). Como “um índice das diferenças físicas entre humanos e causa eficiente de diferentes modos de inserção mais ou menos favoráveis ou valorizados.

Contudo, cabe destacar que se por um lado, o processo de guetização tinha como objetivo o controle político e a exploração dos pretos, por outro, dentro desse processo formam-se relações específicas, que segundo Collins (2019, p. 10) “(...) serviu como um espaço a parte, no qual homens e mulheres puderam usar ideias de matriz africana para desenvolver saberes de resistência voltada contra a opressão racial”. Porém, cabe ressaltar que estes saberes de resistência, produzidos pelos oprimi-

dos, permaneciam tão subjugadas pelos brancos quanto os seus pensadores e pensadoras.

4. Considerações finais

A consubstancial relação entre classe e raça presente nas diferentes dimensões de produção e reprodução da vida conferem significados e particularidades que direcionam grande parte das experiências de pessoas pretas empobrecidas no Brasil à marginalidade e vulnerabilidade. O sistema que utilitário do racismo é o mesmo que promove reiterados processos de guetização, e delimita condições de acesso a bens e serviços na sociedade, influenciando diretamente nas trajetórias das pessoas pretas e pobres.

Por exemplo, a realidade do analfabetismo que parte da população brasileira vivencia a alocação histórica de mulheres pretas nos trabalhos do cuidado, por exemplo, é fruto dos processos de marginalização impenetrados pelo racismo.

Os diferentes processos de guetização, vistos pelas lentes do feminismo negro, revela cadeias de subordinação em que parte da população se encontra engajada. Por esta razão, trazer para o centro do debate sobre racismo a sua dimensão estrutural e, ao mesmo tempo os processos de guetização que extrapolam aspectos econômicos, descortina as aplicações do racismo na contemporaneidade, bem como a maneira como a ideia de branquitude instrumentaliza a estrutura racista em que a sociedade brasileira foi construída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio de. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. In: _____. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

_____. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política*. *Opin. Publica*, v. 18, n. 2, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200006>.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra e o medo branco. O negro no imaginário das elites – séc. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivaneti. *Política social: fundamentos e história*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Y.; BENTO, M.A.S. (Orgs). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. p. 25-58

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CERQUEIRA-NETO, Sebastião; PINHEIRO, Ana C.; CUNHA, Ricardo A. Território e identidade na “terra mãe do Brasil”: a invisibilidade indígena na cidade de Porto Seguro-Bahia. *Revista Espacialidades*, v. 16, n. 2, p. 252-70, 2020.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque*. 3. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2012.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento*. Trad. de Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. LIMA, J.C.F.; NEVES, L.M.W. (Orgs). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo [online]*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006

FONTES, Virgínia. *A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*. In: LIMA, J.C.F.; NEVES, L.M.W. (Orgs). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo [online]*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh. 8. *Anais...* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1979.

IANNI, Otavio. *Raça e classes no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

_____. Dialética das relações raciais. *Estudos avançados*, v. 18, n. 50, São Paulo, Jan./Apr. 2004.

LATOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. *Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro*. *Saúde debate*, 40 (spe), dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042016S08>. Acesso em 10 jan. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. Jornada Negro – Libertária. *Afrodiaspora, Revista do Mundo Negro*, (4 números, 1983 e 1984), IPEAFRO, 1984.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz (Orgs). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-78

REIS, Maria Clareth Gonçalves. *Mulheres, negras e professoras: suas histórias de vida*. Campos dos Goytacazes-RJ: Brasil Multicultural, 2017.

RIBEIRO, Djamilla. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte-MG: Letramento, 2017.

SANTOS, Rosenverck Estrela. O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. *Lutas Sociais*, v. 19, n. 34, p. 100-13, São Paulo, jan./jun. 2015.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo?* São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

SOUSA, Neuza Santos. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.